

AS PROPOSTAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE AOS NOVOS EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS DE PERNAMBUCO

*Fabiana Maria da Costa**

*Luanne Alves Oliveira***

*Angela Santana do Amaral****

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica, cujo objetivo é conhecer e analisar as propostas do empresariado para a qualificação / requalificação profissional dos trabalhadores nas áreas consideradas estratégicas e competitivas da economia de Pernambuco: os empreendimentos produtivos que serão instalados no Complexo Industrial e Portuário de Suape.

A pesquisa, de cunho qualitativo, tem como fonte principal a leitura e a sistematização das informações disseminadas pela mídia pernambucana, através da seleção, classificação e análise das matérias de dois dos jornais de maior circulação no estado (*Jornal do Comércio* e *Diário de Pernambuco*). A partir destas leituras, foi construída uma matriz de análise de dados que possibilitou identificar as questões que respondiam ao objeto de pesquisa.

Para chegar ao resultado da pesquisa, alguns elementos necessitaram de apreensão, dentre os quais, o contexto de transformações societárias que tem determinado a institucionalidade vigente aos interesses hegemônicos do capital;

* Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 7º período. Bolsista voluntária de iniciação científica. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho – GET.

** Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 6º período. Bolsista de iniciação científica. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho – GET.

*** Doutora em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro; professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho – GET.

a centralidade delegada ao conhecimento, em detrimento do trabalho; bem como os moldes nos quais deve-se estruturar a Política de Qualificação Profissional no Brasil, em especial em Pernambuco, tendo em vista a instalação de novos empreendimentos produtivos no Complexo Industrial e Portuário de Suape, como a Refinaria Abreu e Lima¹, o Estaleiro Atlântico Sul², e o Pólo de Poliéster³, que demandam a emergência de uma força de trabalho qualificada e disponível e aparecem como solucionadoras do desemprego que afeta grandes parcelas de trabalhadores no Estado.

As Ações de Qualificação no Âmbito Nacional no Contexto das Transformações Societárias

Na década de 1970, a crise do capitalismo operou um conjunto de transformações societárias, que incidiram sobre diversos aspectos da vida social e marcaram as décadas subsequentes até os dias atuais.⁴ A partir de então, iniciou-se uma crise sistêmica, universal e estrutural, acarretando, no bojo da globalização, além de uma crise de superprodução também

¹ A Refinaria será construída pela Petrobrás (em parceria com a venezuelana PDVSA). Toda a obra está orçada em US\$ 4,05 bilhões (cerca de R\$ 8 bilhões) e anuncia que vai gerar 20 mil empregos diretos durante a execução. Outros 1,5 mil serão necessários quando a refinaria começar a operar, em agosto de 2010, o que deixará o Nordeste livre da importação de derivados de petróleo.

² Tem investimento previsto de U\$ 170.000.000 através do Consórcio Camargo Corrêa / Andrade Gutierrez/ Queiroz Galvão / Samsung. O empreendimento foi beneficiado através da Lei Nº 12.710 de 2004, que instituiu o Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco – PRODINPE. A perspectiva para geração de empregos é de 2.000 trabalhadores na fase de implantação e 2.000 funcionários na fase de operação, podendo chegar a 5.000 quando em operação simultânea para produção de plataforma e navios.

³ Tem como investidor o Gruppo Mossi & Ghisolfi, que é o segundo maior produtor de resina PET do mundo e possui fábricas na Itália, nos EUA, no México e no Brasil (Paulínea, Cabo, Poços de Caldas e Indaiatuba). Os investimentos são de R\$ 3,39 bilhões, com a previsão de gerar 710 empregos diretos.

⁴ De acordo com a teoria marxista, no modo de produção capitalista, existe um conjunto de leis básicas, dentre as quais a lei da crise. Estas leis são humanas, subjetivas e objetivadas pelo processo de trabalho – mediação entre os seres humanos e a natureza (CARVALHO, 2003).

uma crise financeira. Estas vinham-se gestando paralelamente ao processo de expansão da produção capitalista, no período do pós-guerra, vindo à tona de maneira decisiva e intensa nos anos 60/70.

Precisamente nos anos 1974-1975 explodiu a "primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial." (MANDEL *apud* NETTO, 1996, p. 90), o que provocou um giro profundo na dinâmica do capital, pondo fim aos chamados 30 anos gloriosos, cuja base era o tripé fordismo/keynesianismo/social-democracia.

Mota e Amaral (2006) afirmam que, em conjuntura de crise, executa-se a tentativa de estabelecimento de um "novo equilíbrio" do sistema, processo esse que exige, primeiramente, a reorganização do papel das forças produtivas na composição do ciclo de reprodução do capital, afetando as esferas da reprodução e das relações sociais. As estratégias aqui utilizadas se dão por meio de reorganização do processo de produção de mercadorias e obtenção de lucro, e mesmo das próprias fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais. Há, neste movimento, a reestruturação dos capitais (fusões patrimoniais, íntima relação entre capital industrial e financeiro, novas composições de força no mercado internacional, formação de oligopólios globais) e transformações no processo de trabalho, em prol da flexibilização nos processos e nas condições de trabalho (desemprego, terceirização, precarização do trabalho e dos vínculos formais de trabalho).

No interior deste processo, é estabelecido um conjunto de inovações tecnológicas que exigem novas modalidades de conhecimentos. A esse momento atual do capital, muitos autores definem como a "*Era do Conhecimento*", ou seja, o conhecimento e suas formas de disseminação assumem posição extremamente relevante, visto serem elementos fundamentais da dinâmica da nova ordem mundial em conformação, já que são os principais condutores e possibilitadores das inovações

requeridas pelo capital. Sobre isto afirmam Lastres e Ferraz (1999):

O avanço e a difusão do novo paradigma técnico-econômico vem exigindo o desenvolvimento de novos formatos e estratégias empresariais e de outras instituições (como centros de ensino, pesquisa e administração pública) que também demandam, crescentemente, uma carga cada vez maior de informação e conhecimento para desempenharem suas funções. Tais novas estratégias e formatos mostram-se também crescentemente intensivos e, portanto, dependentes de informação e conhecimento. (LASTRES; FERRAZ, 1999, p. 33).

Lemos (1999) corrobora esta afirmação ao colocar que, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, o termo "economia baseada no conhecimento" advém do fato de que os processos produtivos têm crescentemente apoiado e dependido de atividades baseadas em conhecimento; a proporção de trabalho que simplesmente "manuseia" bens tangíveis, ao longo do processo produtivo, tem-se cada vez tornado menos significativa do que a proporção do trabalho responsável pela produção, distribuição e processamento do conhecimento.

Assim, muitos autores⁵ têm defendido que, na nova fase do capitalismo, o trabalho não é mais a fonte de valorização do valor, mas sim o trabalho imaterial⁶, sendo atribuído ao acervo de conhecimentos e informações o principal conteúdo do capital em sua fase atual.

Diferentemente da posição assumida pelos que retiram do trabalho a centralidade da vida social, Amaral (2008) argumenta que a ênfase no uso da ciência e da tecnologia amplia seu caráter instrumental no processo de acumulação

⁵ De acordo com Amaral (2008), esses autores são: Lojkine (1995), Castells (1999), Lazzaroto (2001) e Hardt e Negri (2001).

⁶ No livro *Império*, Hardt e Negri definem trabalho imaterial como trabalho que produz, entre outras coisas, mas de uma maneira especial, serviços: "Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação." (HARDT e NEGRI, 2001, p.311).

capitalista e funciona como justificativa para a redução de trabalho vivo e flexibilização da produção. Segundo a autora, nos termos em que a reestruturação capitalista vem sendo operada, historicamente, ciência e tecnologia consistem na expressão da desvalorização da força de trabalho, constituindo-se, ela mesma, mero apêndice do capital, à medida que a produtividade passa a ser pensada a partir da máxima potencialização da ciência e da tecnologia e não do trabalho.

Ainda segundo a compreensão da autora, supõe-se que o fundamento da sociedade do conhecimento esteja na ideia de que o desenvolvimento de sistemas tecnológicos e de comunicação conduziria a formas renovadas de relação entre capital e trabalho, contrapondo-se às posições marxianas que reafirmam o trabalho como fonte de produção e reprodução do valor, sendo o capital-conhecimento e o capital-inteligência as fontes mais determinadas daquilo que o capital requer dos trabalhadores.

[...] este argumento sobre o conhecimento que mobiliza inúmeras iniciativas viabilizadas tanto pelo empresariado, pelo governo, quanto pelos representantes dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que é colocado como condição de valorização de força de trabalho, também funciona como estratégia de desenvolvimento capitalista que valoriza mais e mais o capital. (AMARAL, 2008, p. 52).

Ou seja, são formas fetichizadas de reatualizar a subsunção real do trabalho ao capital, só que agora o capital tenta se apropriar do saber operário mediado por novas condições, já que o conhecimento, na realidade, é o próprio trabalho.

Há o consenso de que o investimento em inovação implica, necessariamente, em promoção de processos que estimulem o aprendizado, a capacitação e a acumulação contínua de conhecimentos. Logo, a gestão empresarial propõe que o aprendizado seja entendido como um processo que envolve uma combinação de experiência, reflexão, formação de conceitos e experimentação. No cerne desta questão, coloca-se a capacidade de aprendizado bem como a possibilidade de

ela mesma, associada à promoção de capacitações e competências, constituir elemento fundamental em qualquer estratégia que vise limitar o grau de exclusão social (LASTRES e FERRAZ, 1999).

Vale lembrar que o discurso do capital é construído em torno de possibilidades concretas de uma nova dimensão civilizatória, visto ser acompanhado de ideias como cidadania, desenvolvimento sustentável, potencialidade do processo técnico, apropriação da ciência e da tecnologia.

O perfil de trabalhador requisitado por este novo mercado de trabalho adquire novas características e impõe outras atribuições. Passa-se a requisitar um trabalhador mais escolarizado, polivalente, com maior capacidade de negociação e maior disponibilidade. Novas habilidades e competências passam a ser exigidas, tais como: capacidade de lidar com novas tecnologias de informação e comunicação; raciocínio lógico-abstrato, disposição para correr riscos e espírito de liderança. Acresce-se a isso a disseminação de valores como comprometimento, participação, empreendedorismo etc.

Este quadro de mudanças sociopolíticas e econômicas que se instaurou em nível mundial se refletiu no Brasil a partir dos anos 1990. Neste período, com a abertura comercial do país e as exigências de sua inserção na economia globalizada, observam-se mudanças significativas no mercado de trabalho, assim como no âmbito econômico e político. As empresas passam a investir em inovações tecnológicas com vistas a modernizar o seu setor produtivo. Porém, concomitante a essas iniciativas, observa-se um alto índice de desemprego que atinge grandes parcelas da população. A persistência deste cenário impulsionou a criação de políticas de emprego e renda, dentre as quais, as ações de qualificação profissional.

O discurso oficial adotado pelo Governo em relação às ações de qualificação profissional pautava-se, prioritariamente, na ideia de enfrentamento do desemprego através da preparação e formação dos trabalhadores para o seu ingresso no mercado de trabalho. O direcionamento dado às discussões

oficiais atribuía ao trabalhador a responsabilidade pela sua não inserção no mercado de trabalho, devido a sua falta de qualificação para responder, de forma eficaz, às novas requisições impostas por este novo cenário.

É nesse contexto em que desemprego e precarização do trabalho não mais são elementos conjunturais, mas se constituem parte da dinâmica societária que se insere a política de educação profissional brasileira, trazendo em seu bojo a promessa de resolver a problemática do desemprego. Para responder a essas questões, são empreendidas um conjunto de reformas, particularmente no âmbito da educação.

No documento *O Planejamento Político-Estratégico da Educação 1995-1998*, o Ministério da Educação anunciou a intenção de realizar uma reforma no ensino técnico-profissional do país, cujo ponto principal era a separação entre ensino regular e ensino técnico e a conseqüente extinção dos cursos técnicos de nível médio, fundamentando-se no entendimento de que a rede de Escolas Técnicas Federais (ETF's) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) tinha "problemas e distorções", tais como: operação a custos elevados, em comparação com outras escolas da rede pública estadual; oferta de vagas em número limitado; distorção na composição social de seu alunado pela dificuldade de acesso de alunos trabalhadores e de baixa renda; cursos de duração muito longa e que não atendiam às demandas dos setores produtivos; e disposição da maioria de seus egressos de prosseguimento dos estudos no ensino superior, desviando-se do ingresso imediato no mercado de trabalho (BRASIL, 1995 apud CHRISTOPHE, 2005).

Assim, no Brasil da segunda metade dos anos 1990, iniciou-se a implantação de uma nova institucionalidade no campo educacional, sobretudo a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, na qual a educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização de trabalhadores de qualquer nível de escolaridade, a atualização tecnológica

permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. Após a promulgação da LDB, é criada uma série de decretos⁷, que tem como principal foco tratar da organização da educação profissional, tendo como característica marcante a introdução da flexibilidade, especialmente no nível médio.

Em 1995, houve a criação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, sob gestão da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, do Ministério do Trabalho e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, cujo objetivo era construir, gradativamente, oferta de educação profissional permanente, com foco na demanda do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano – articulado à capacidade e competência existente nessa área – pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA), com vistas a contribuir, dentre outros fatores, para a redução dos níveis de desemprego e subemprego, bem como para a elevação da produtividade, da competitividade e da renda. Sua principal orientação era a articulação entre o saber desenvolvido na prática e o conhecimento científico cada vez mais exigido pelo trabalho. (BRASIL, 2003).

Em 1997, foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, cujo objetivo, numa primeira etapa, era o financiamento de 250 projetos de Centros de Educação Tecnológica, tendo como finalidade a transformação e reforma de unidades existentes, ou a construção de novas unidades, sendo que 40% dos recursos do programa são destinados às instituições públicas da rede federal e das redes estaduais e 60% para projetos do chamado “segmento comunitário.”⁸ Os recursos do PROEP advinham do Ministério da Educação

⁷ Decreto Nº 2.208/97; Decreto Nº 5.154/2004; e os Decretos Nº 5.224 e Nº 5.225 de 1 de outubro de 2004.

⁸ Neste se incluem as iniciativas privadas (nessa categoria estão contemplados projetos de empresas privadas – educacionais ou não –, de associações patronais do campo industrial, agrícola e de serviços e do Sistema S, composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT), ONG’s e instituições escolares da esfera municipal.

(25%), do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (25%), e os 50% restantes de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (*Idem*).

Pode-se observar que o estabelecimento de parcerias e o progressivo compartilhamento de gestão com a iniciativa privada são características marcantes neste plano, incrementando a participação do setor privado no âmbito da formação profissional, seja pela transferência da gestão de instituições públicas ou pelo financiamento de instituições privadas. Vale ressaltar que, para obter financiamentos externos, são firmados compromissos com os órgãos financiadores.

No ano de 2003, diante da pouca efetividade dos objetivos propostos pelo PLANFOR, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE lançou o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que propunha a articulação entre as ações de qualificação social e profissional e as políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento, bem como a promoção gradativa da universalização do direito dos trabalhadores à qualificação profissional, tudo isso sob o discurso da inclusão social e da redução das desigualdades sociais. Segundo o Governo, o Plano Nacional de Qualificação demarca a implementação de uma nova política pública de qualificação no país, cujo objetivo é a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. Este é entendido como parte de um processo crescente de integração com outros programas e projetos financiados pelo FAT, particularmente a intermediação de mão de obra, o microcrédito, o seguro-desemprego, a economia solidária, e outras políticas públicas que envolvem geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2003).

De acordo com Leite Lima (2002), a análise do processo em curso evidencia que os diagnósticos educacionais produzidos pelo Banco Mundial, CEPAL e Banco Interamericano de Desenvolvimento exercem influência direta sobre a política educacional no Brasil, seja no teor dos instrumentos legais, seja na aplicação da legislação, mediante o estabelecimento de condições para a utilização de recursos em programas nos quais aqueles organismos participam como cofinanciadores.

De acordo com Leher (2007), a educação foi extremamente revalorizada pelo Banco Mundial, justificando que a redução do tamanho do Estado, por meio de privatizações, possibilitaria que este se dedicasse ao desenvolvimento do capital humano, o que deveria ser feito com a melhoria da gestão do sistema, e não com o aumento de investimentos para o setor.

Desta feita, o repasse de recursos para a educação continuou extremamente deficiente, ocasionando o acirramento das precárias condições da estrutura educacional brasileira, sendo expressas

por salários aviltantes, pela infra-estrutura degradada, pela baixa qualidade da educação ofertada à maior parte do povo brasileiro e por vergonhosos índices de escolaridade: cerca de 60 milhões de analfabetos funcionais, apenas um em cada 4 jovens, de 15 a 17 anos, cursa o ensino médio, e somente 9 em cada 100 jovens, de 18 a 24 anos, cursam o ensino superior em nosso país. (LEHER, 2007, p.13).

Nesta contextualidade, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, anunciado em 2007 pelo Governo Lula, traz em seu discurso uma prerrogativa de mudança desta realidade. Entretanto, um exame mais apurado deste Programa, especificamente do PAC da Educação, desmente tal discurso, visto que a reprimarização e a hiperexploração do trabalho não permitem a elevação real do padrão educacional da população brasileira, principalmente, o da classe trabalhadora.

Este programa surge num momento em que a América Latina adquire maior relevância para a manutenção do imperialismo estadunidense e de sua exploração sobre os países de capitalismo dependente, haja vista os acontecimentos ocorridos após o 11 de Setembro. Desde então, a heterogeneidade desta região só tem aumentado, como bem colocado por Leher (2007):

Grande parte da América Central firmou o CAFTA, a Colômbia segue sendo uma caixa de ressonância da política belicista estadunidense, o acordo bilateral de livre comércio com o Chile avança as cisões no Mercosul são fortes e significativas, situações que beneficiam os EUA. Entretanto, o eixo ALBA se fortaleceu politicamente com as vitórias de Evo Morales na Bolívia e, de certo modo, de Rafael Correa no Equador, contrariando analistas de que Chávez permaneceria isolado em Cuba. (LEHER, 2007, p.19).

A despeito de alguns conflitos pontuais, países como o Brasil mantiveram estreitos os laços de dependência com a economia norte-americana⁹, sendo as políticas encaminhadas pelo governo brasileiro, sob o comando de Lula, executadas na perspectiva de fortalecimento deste sistema.

No ano de 2000, o BID, com apoio financeiro também da Corporación Andina de Fomento (CAF) e do "Fondo Financiero para el desarrollo de la Cuenca del Plata" (Fonplata), apresentou as bases para o Plano de Ação Para a Integração da Infraestrutura da América do Sul – IIRSA, que consiste num conjunto de projetos de infraestrutura nas áreas de transportes, de energia e de comunicações, bem como mudanças institucionais e legais para intensificar o comércio regional e global. Suas ações provocarão elevados custos sociais e ambientais, destacando a necessidade, inclusive, de "harmonizar" a legislação nacional – trabalhista, ambiental, educacional etc. – aos termos mais gerais exigidos pelo Plano (LEHER, 2007).

Desta forma, o Banco Mundial, a Cepal e o BID formulam as políticas educacionais dirigidas aos países periféricos, sob o argumento da modernização, elevação da produtividade do trabalho e incremento da competitividade nacional, carregada do discurso de que são capazes de retirar os países de baixa

⁹ Isto pode ser corroborado com a postura apresentada pelo Brasil em relação ao Haiti, em que este foi invadido por militares brasileiros sob o discurso da "missão de humanismo militar". Ou ainda quando da nacionalização das reservas petrolíferas bolivianas, momento em que a Petrobrás subjugou o país, obrigando-o a respeitar os contratos dos investidores (LEHER, 2007).

e média renda da condição de atraso, quando, na realidade, estão voltadas ao atendimento de interesses do capital internacional, com um caráter fortemente mercadológico, descaracterizando a noção de política como ideia e prática de transformação social.

A política educacional brasileira caracteriza-se, portanto, por um forte viés de dependência, não havendo demanda por mão de obra com elevada formação acadêmica, visto não existir a implementação de centros estratégicos de inovação tecnológica, já que o que tem ocorrido é a importação de tecnologias que são produzidas pelos “países centrais”, perpetuando as históricas formas de dominação.

Isto fica evidente na forma como a (contra)reforma educacional tem-se dado, em que, apesar do Plano Nacional de Educação – PNE ter indicado que o financiamento para a educação pública brasileira deveria ser de 7% do PIB, este tem sido de apenas 3,5%, delineando um sistema educacional debilitado e dependente. Num momento em que a economia prima pela importação, em detrimento da industrialização, não há lugar para a ideia de construção de conhecimentos novos, nem de um sistema de educação básica bem estruturada e de alta qualidade.

As Ações de Qualificação Profissional Voltadas para os Empreendimentos de Suape

Particularmente, no estado de Pernambuco, no ano de 2007, foi lançado o “Programa Qualifica Pernambuco”, cujo principal objetivo é evitar que haja carência de trabalhadores qualificados para suprir as vagas que estão sendo geradas com os novos empreendimentos de Suape e outras obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.¹⁰

¹⁰ O governo de Pernambuco anuncia que vai investir R\$ 40 mil no treinamento e capacitação de 96 operadores de máquinas para o consórcio (formado pela Camargo Corrêa, Odebrecht, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia) que está fazendo a terraplanagem da refinaria.

Para dar sustentação às exigências de competitividade e produtividade requeridas pelas empresas, são propostas iniciativas de qualificação e requalificação profissional. Aqui, o debate sobre a centralidade do conhecimento é mediado pelas exigências que o mercado impõe em face das complexas operações que estão implicadas nesses novos empreendimentos, mas também, pelo discurso das oportunidades de inserção dos trabalhadores e da superação da questão do desemprego avassalador que se mostram nas estatísticas oficiais. De acordo com dados do IBGE, a capital pernambucana obteve o segundo maior índice de desemprego do país, em dezembro de 2007, de 9,9%.

O discurso que acompanha as notícias acerca dos novos empreendimentos tem a empregabilidade fortemente presente, acompanhada de expressões como “esperança”, “oportunidade” e “crescimento”, garantindo que esses empreendimentos proporcionarão crescimento e desenvolvimento ao Estado, e serão responsáveis por gerar milhares de vagas de trabalho para os moradores da região no entorno dos projetos. As previsões dos impactos dos novos investimentos sobre o emprego estão dispostas no gráfico a seguir:

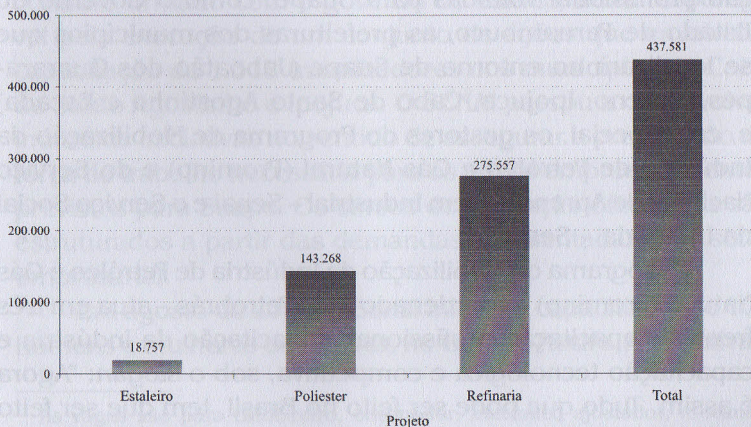


Gráfico 1 – Previsão do Impacto do Emprego – Complexo Industrial – Porto de Suape-PE

Fonte: Matriz Insumo - Produto – PE *apud* Fiepe (2008).

Estas previsões têm impactos na subjetividade da população. O que se percebe a partir do discurso dos trabalhadores é que estes estão fortemente esperançosos de que esses empreendimentos irão “mudar suas vidas”, “que seus filhos terão mercado de trabalho quando crescerem”, “que o investimento em curso técnico garantir-lhes-á uma vaga neste mercado que se abre”.

Para viabilizar as ações de qualificação profissional, o Estado, suas instituições e também o setor privado se mobilizam em torno da necessidade de aligeiramento da formação dos trabalhadores.

Neste sentido, tem sido um desafio estabelecer como deve-se estruturar a formação profissional para atender às demandas postas pelos novos empreendimentos em Pernambuco.

Identifica-se uma crescente mobilização por parte de órgãos governamentais e empresariais no sentido de promover diversas ações voltadas para esta finalidade, numa verdadeira “maratona” em busca da qualificação profissional dos trabalhadores pernambucanos. Neste sentido, destaca-se a atuação de sujeitos envolvidos com as ações de qualificação profissional voltadas para Suape, como o Governo do Estado de Pernambuco, as prefeituras dos municípios que se localizam no entorno de Suape (Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Escada) e, em especial, os gestores do Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural (Prominp) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai e o Serviço Social da Indústria – Sesi.

O Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural (Prominp) – coordenado pela Petrobrás – atua em três frentes: capacitação profissional, capacitação da indústria e capacitação tecnológica e competitiva, sob o *slogan*: “Agora é assim. Tudo que pode ser feito no Brasil, tem que ser feito no Brasil”. Não possui recursos próprios, mas se propõe um facilitador de financiamentos junto a entidades como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Objetiva maximizar a participação da indústria local na oferta de bens e serviços para empreendimentos como o Estaleiro e a Refinaria Abreu e Lima. Segundo as informações repassadas pela mídia, o Prominp é o principal responsável pela capacitação, no que se refere às habilidades específicas utilizadas na indústria naval dos futuros trabalhadores incorporados ao Estaleiro Atlântico Sul.

As ações do Prominp se iniciaram com um cadastramento de profissionais de todo o Estado, com o objetivo de realizar um diagnóstico da força de trabalho disponível no Estado, permitindo assim que cursos de qualificação pudessem ser elaborados de acordo com as necessidades e características dessa força de trabalho. Posteriormente, foi aberta a seleção para cursos gratuitos em 13 estados, incluindo PE, para o qual foram disponibilizadas 1.221 vagas para 13¹¹ cursos dos níveis básico, médio e técnico. Há, também, a possibilidade de receber uma bolsa auxílio de R\$ 300,00 (básico) e R\$ 600,00 (médio e técnico) para aqueles que estão desempregados.¹²

Cabe ressaltar a atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI que, em 2004, com o anúncio da implantação do Estaleiro Atlântico Sul, a partir de um contrato firmado com o governo do estado, ficou responsável pela execução de um conjunto de ações que envolvia a capacitação de 1.312 trabalhadores nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. O SENAI passou a desenvolver inúmeras iniciativas no sentido de assegurar a preparação da força de trabalho necessária para os novos empreendimentos previstos para Suape. Os cursos de formação oferecidos são estruturados a partir das demandas apresentadas pelo setor empresarial.

Em agosto de 2007, o Senai iniciou a capacitação de 402 homens e mulheres de Ipojuca, no Grande Recife. A iniciativa é

¹¹ As vagas são para caldeireiro, encanador, mecânico ajustador, mecânico montador, montador, montador de andaime, soldador de estrutura, soldador de tubulação, eletricitista de força e controle, eletricitista montador, encarregado de montagem mecânica, instrumentista montador e topógrafo.

¹² *Diário de Pernambuco*, 07 abr. 2008.

fruto de uma parceria entre o Senai e a prefeitura do município, envolvendo as escolas técnicas da entidade no Cabo, Água Fria, Paulista e o Senai Consultoria. Os alunos fizeram cursos de soldador de estrutura, soldador montador e encanador industrial. Mais recentemente, foi também realizada a parceria com o governo, através da criação do Programa Qualifica Pernambuco, ficando o Senai responsável por dar as aulas, as quais acontecerão no próprio canteiro de obras.

Com as perspectivas que estão sendo vislumbradas, o Senai-PE lançou um plano estratégico para 2008-2010 e já investiu R\$ 50 milhões para a modernização de seus centros e laboratórios. A Entidade está enfocando suas ações em dois pontos principais: o primeiro consiste na preparação de jovens para o mercado de trabalho, tanto na sua inserção quanto na sua manutenção; o segundo consiste na preparação das empresas locais para terem competitividade industrial, enfocando três pilares: a gestão, a tecnologia e a inovação.

Vale ressaltar que tendo em vista a baixa escolaridade dos trabalhadores pernambucanos, o que denuncia a péssima situação na qual se encontra o sistema educacional no estado, foi lançado, pelo atual governo, o Projeto Reforço de Escolaridade do Programa de Capacitação Profissional, com 3.000 vagas direcionadas aos moradores próximos à Suape (Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada). As aulas foram ministradas em unidades do Sesi e os primeiros trezentos alunos serão encaminhados para os cursos de capacitação técnica do SENAI.

Contrariando todo o discurso que alardeava a imensa quantidade de vagas de trabalho a serem geradas, constata-se que, na verdade, a maior quantidade estará concentrada na etapa de construção e montagem dos empreendimentos. No caso da Refinaria, por exemplo, serão contratados cerca de vinte mil profissionais, distribuídos nas mais variadas categorias e funções, por intermédio de empreiteiras e prestadoras de serviço. Quando a refinaria estiver em funcionamento, será empregada uma equipe técnica permanente composta por cerca de 750 profissionais que deverão passar por um

processo seletivo público da Petrobras e mais outras 750 pessoas terceirizadas.¹³

Comprova-se, portanto, o descompasso entre aquilo que é difundido pelos sujeitos envolvidos neste processo, via mídia, com a realidade que os números expressam. A quantidade de desempregados em Pernambuco supera, em muito, a quantidade de empregos permanentes que realmente serão gerados com a instalação desses novos empreendimentos produtivos.

Cabe ainda ressaltar que metade das contratações (750) ocorrerá via concurso público de âmbito nacional, o que diminui, ainda mais, as chances de as vagas serem ocupadas por trabalhadores pernambucanos. Outro ponto a destacar se refere ao fato de a grande quantidade de vagas (os outros 750) ser ocupada mediante processos de terceirização que se caracterizam por formas precárias e instáveis de trabalho e com direitos trabalhistas reduzidos ou inexistentes.

Na pesquisa, pôde-se perceber que as iniciativas de qualificação profissional nas primeiras fases de implantação dos projetos estruturados para a área do Porto de Suape, apesar do discurso apresentado pela mídia, tiveram um caráter pontual e imediatista, as quais se constituíram exclusivamente como uma capacitação técnica dos trabalhadores, tendo em vista a emergência de uma força de trabalho minimamente capacitada e disponível. A propósito, bem coloca Amaral (2008):

É, pois, na periferia do capitalismo, que a questão do conhecimento adquire uma particularidade, posto que os supostos desse contínuo processo de inovação e aprendizado – o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação – esbarram nas precárias condições de vida e de trabalho em que vive grande parte da classe trabalhadora dos países periféricos, marcados por profundas desigualdades sociais, e educacionais – que, diga-se de passagem, são traços da ação de uma burguesia que, no

¹³ *Diário de Pernambuco*, 02 set. 2007.

caso do Brasil mostrou-se, historicamente, anti-reformista e com uma imensa capacidade, em nome da valorização do conhecimento, subordinar cada vez mais os trabalhadores ao seu projeto de classe. Cidadania, inclusão e empreendedorismo, poderosas ferramentas ideológicas, ocultam a face perversa de um processo de formação de consensos que, pelo menos, na dinâmica capitalista contemporânea, em que pesem as contradições que são próprias, não deixa lugar para a construção de um projeto autônomo por parte dos reais produtores de conhecimento, vale dizer, de mobilização de trabalho vivo para produção de riqueza social. (AMARAL, 2008, p.54).

Os postos de trabalho destinados aos profissionais altamente qualificados e que terão acesso às inovações tecnológicas advindas com os novos empreendimentos previstos para Suape são restritos e, certamente, não serão ocupados pelos trabalhadores pernambucanos, sendo para estes reservados, na sua maioria, postos de trabalho/ocupações de menor complexidade. Assim, algumas instituições de ensino como a UPE e a UFPE oferecem cursos de especialização e extensão voltados para atender a esta nova demanda a um custo elevado, fazendo com que apenas uma parcela da população acesse os cursos oferecidos.

A grande maioria dos trabalhadores pernambucanos, diante da tão propalada abertura de novas oportunidades de trabalho, recorrem às iniciativas de qualificação profissional desenvolvidas pelo atual governo e pelo empresariado.

Entende-se que o processo de qualificação deve englobar uma visão ampliada de formação e capacitação dos trabalhadores, partindo de uma perspectiva de educação integral que lhes possibilite a elevação dos conhecimentos gerais e uma compreensão total do seu processo de trabalho e não visando apenas o aprendizado de novas habilidades imediatas decorrentes das requisições impostas pelo capital.

A concepção de qualificação implícita no discurso do Estado e do empresariado expressa uma qualificação restrita, focalizada e direcionada para as necessidades imediatas de

acumulação do capital. Em Pernambuco, diante da emergência de oferta de uma força de trabalho qualificada, identificamos a ausência de ações públicas articuladas que visem à oferta de uma formação de caráter mais amplo aos trabalhadores com vistas a formar profissionais preparados para lidar com os novos processos tecnológicos presentes no mercado de trabalho atual.

Ou seja, apesar de o discurso do Estado e do empresário, insistentemente repassado pela mídia pernambucana, afirmar os benefícios advindos com o desenvolvimento econômico e tecnológico que virão com a instalação dos projetos considerados estruturadores para o Estado, o que se constata é que a qualificação parece se constituir na grande saída para a problemática do desemprego e se transformar na política pública central para incorporar os trabalhadores no mercado de trabalho.

Através da leitura dos dados e da análise que fizemos dos programas dirigidos aos grandes empreendimentos, identificamos que, para a grande massa dos trabalhadores, as ações de educação profissional em Pernambuco têm sido as mais instrumentais e fragmentadas possíveis, haja vista enfocar as necessidades imediatas de construção de obras de infraestrutura. As formas mais complexas de qualificação voltadas a atender uma pequena quantidade de vagas não estão ao alcance da grande maioria da população trabalhadora, o que nos leva a considerar que se vem criando um pequeno núcleo de trabalhadores com acesso a conhecimentos mais complexos que participará do processo produtivo desses grandes empreendimentos, e, no seu entorno, os demais trabalhadores que conseguirem se incorporar, o farão através de ocupações que, além de não exigirem níveis de qualificação mais amplos, terão condições e relações de trabalho regidas por processos flexíveis, compatíveis com as atuais necessidades de acumulação capitalista.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Angela Santana do. Da centralidade do trabalho vivo à valorização do conhecimento no capitalismo contemporâneo. In: VIEIRA, Ana Cristina de Souza; AMARAL, Maria Virgínia Borges (Orgs). *Trabalho e direitos sociais: bases para a discussão*. Maceió: Edufal, 2008.

_____. *Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas*. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, Edmilson. A crise de exaustão do capital. *Revista Outubro*, São Paulo, Xamã, n. 9, 2003.

CHRISTOPHE, Micheline. *A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional brasileira*. Disponível em: http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf. Acesso em: 28 fev. 2008.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Prominp abre hoje inscrições em PE*. Recife, 7 Abril 2008. Caderno de Economia.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Corrida para o emprego*. Recife, 2 set. 2007. Caderno de Economia.

FIEPE. Investimentos estruturadores: avaliação os impactos na economia de Pernambuco. Disponível em: http://64.233.169.104/search?q=cache:wPuqBHBCT b8J:w3.fiepe.org.br/fiepe/gw_download.php%3Farquivo_id%3D549+suape,+apresenta%C3%A7%C3%A3o+fiepe,&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=6&gl=br. Acesso em: 15 abr., 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LASTRES, Helena Maria Martins; FERRAZ, João Carlos. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita (Orgs).

Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LEHER, Roberto. PAC, Educação e heteronomia cultural. *Revista de Políticas Públicas*, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão, São Luiz: Programa de Políticas Públicas, v. 11, n. 1, jan./jun., 2007.

LEITE LIMA, Domingos. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 269-301, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/pdf_v20_n2/artigo_impactos.pdf Acesso em: 28 fev. 2008.

LEMONS, Cristina. Inovação na Era do Conhecimento. In: LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita (Orgs). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO – PNQ 2003-2007. Brasília, MTE 2003. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acessado em: 09 mar. 2007.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: _____. *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1996.